

1  
2  
3 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**  
4 **CEDCA/PR**  
5 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
6 **08 de Dezembro de 2021**  
7

8 No oitavo dia do mês de Outubro de 2021, o Conselho Estadual dos Direitos  
9 da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR em reunião híbrida,  
10 presencialmente no Palácio das Araucárias, Sala de Gestão, 7º SEJUF e  
11 online pela plataforma do meet <https://meet.google.com/mma-rcbd-uwf>,  
12 estiveram presentes os seguintes conselheiros: Presença dos seguintes  
13 conselheiros: Rodrigo Silva Bonfim (HPP), Marcelo Souza (ACRIDAS),  
14 Maíra Tavares e Lucilene Regina Marques (AFECE), Débora Cristina dos  
15 Reis Costa (APC), Renann Ferreira e Hélio Candido do Carmo (Guarda  
16 Mirim), Amanda Querino dos Santos Barbosa (APAE de Santo Antônio da  
17 Platina, João Marcos Palmeira (AAMEC), Vice-presidente, Adriano Roberto  
18 dos Santos (Associação Antônio e Marcos Cavanis), Ires Damian Scuzziato  
19 (Organização Centro Beneficente de Educação Infantil) e Carolina Marcon  
20 (APOFILAB). **GOVERNAMENTAIS:** Priscila Veiga (SEJUF/DPCA), Joseli  
21 Colaço (Casa Civil), Antônio Carlos Dourado (SEED), Sandra Cristina  
22 Ferreira e Amália Regina Donegá (SETI), Juliana Muller Sabbag (SEJUF -  
23 DPCA/DAS), Christianne Lunardelli (SEEC), Jéssica Dinardi (SESA),  
24 Jonathan Braghini (SEPL), Rosineide Frez (SEED), Solimar Gouveia  
25 (SEJUF/DEASE), Luciméia Swiech (SESP), Silvio Renato Fernandes  
26 (SEJUF/DEJU). **Assessores:** Bruna Saraiva (OAB), Luciana Linero (CAOP),  
27 Giulia Oligan (DPPU), Arlete Kubota (TJ). **Convidados/as e apoios**  
28 **técnicos:** Denise Xavier Masson (DPCA), Juliana Muller (SEC/CEDCA),  
29 Participantes do comitê: Patrícia Kruger (SEFA), Thais Silva Carneiro  
30 Lopes (ALEP), Michele Carolo (SEDEST). O Vice-presidente, Adriano  
31 Roberto dos Santos fez a abertura da reunião, com a aprovação da pauta  
32 em seguida. 1 - **Apresentação do Relatório Anual 2020 do Plano**  
33 **Decenal:** Apresentação realizada pela técnica Denise Xavier  
34 (DPCA/SEJUF) Coordenadora do Comitê Interinstitucional de

35 Acompanhamento ao Plano Decenal, e pelo residente técnico Ayslan Juan.  
36 Contextualizando as ações, no 2º semestre de 2020 foi realizado um  
37 resgate do monitoramento do Plano, e no início do ano, até o mês de  
38 Agosto/2021 a prioridade foi realizar o monitoramento e avaliação tendo  
39 em vista a importância da atualização do plano de ação novo. Já está  
40 publicado e instituído o plano de ação de 2021 a 2023 do CEDCA, e  
41 conforme pactuação realizada no início do ano, a apresentação do relatório  
42 de acompanhamento das metas de 2020 ficaria por último; **Avanços e**  
43 **desafios:** Criação de um canal de Comunicação exclusivo para o Plano  
44 Decenal; Participação efetiva de todos os responsáveis; Participação dos  
45 Núcleos de Planejamento Setorial de cada Secretaria de Estado; Adaptação  
46 de todas as etapas desenvolvidas para modalidade “on-line”; Apropriação  
47 de todos os envolvidos de suas metas e articulação junto a suas  
48 instituições; - **Metodologia:** Criação um instrumental que possibilitasse a  
49 descrição da execução da meta e do indicador; Cada responsável recebeu o  
50 instrumental contendo as metas de sua responsabilidade; Reunião em  
51 Setembro-21 do Comitê foi pactuado a devolução do instrumental para  
52 alinhamento das “categorias e subcategorias”; **Categoria da execução de**  
53 **Metas:** - Atingida: Meta atingida com prazo definido de início e fim; e meta  
54 contínua ou anual atingida em 2020; Parcialmente Executada/Não  
55 Executada; Impactada pela Pandemia de COVID-19: Meta executada  
56 parcialmente/não executada devido a impactos relacionados à Pandemia de  
57 COVID-19. **Apresentação do residente técnico, Ayslan dos gráficos:**  
58 com a informação em porcentagem das metas atingidas: 134 (39,2%);  
59 Parcialmente executada: 74 (21,6%); Não executada: 92 (26,9%); Em  
60 andamento: 42 (12,3%), total de 342 metas de 2020. Acerca dos motivos  
61 das metas não executadas e parcialmente executadas identifica-se: 53% -  
62 Outros Motivos ; 47% - Impactadas pela Pandemia de COVID-19. **Análise**  
63 **por eixo:** Eixo 6 com maior percentual de metas atingidas (54,1%),  
64 seguidos dos eixos 3 (50%) e 2 (41%); Já os eixos com menos metas  
65 atingidas proporcionalmente foram os eixos 4 (21,1%) e 5 (17%); Eixo 4  
66 mais impactado pela Pandemia de COVID-19, tendo 71,8% da execução das  
67 metas afetadas. **Considerações Finais:** Execução das metas de 2020 do  
68 plano decenal se deu em um momento de pandemia da COVID-19;

69 Ausência de um sistema informatizado; Plano de ação não atualizado desde  
70 2016, o que impactou nos resultados apontados para as execução das  
71 metas. Muitas metas atingidas, em andamento e parcialmente executadas  
72 foram realizadas de forma adaptadas por conta da pandemia. Este relatório  
73 não exclui a necessidade de cada responsável realizar o acompanhamento  
74 permanente das ações. Finalização da apresentação. A conselheira Ires  
75 Damian (LIONS) perguntou se a equipe técnica sabia da solicitação do  
76 Tribunal de Contas aos municípios, dos Planos Municipais de Atendimento  
77 as Crianças e aos Adolescentes com a informação do financiamento e a  
78 identificação de todas as peças orçamentárias. Solicitação esta que está  
79 gerando desgaste, pois os municípios precisam organizar muitos  
80 documentos. Auxiliando na orientação, a Dra. Luciana Linero  
81 (CAOPCAE/MP-PR) informa que o pedido deve ser em decorrência da  
82 Instrução Normativa nº 36/2009 do TCE/PR que dispõe que as leis  
83 orçamentárias dos Municípios deverão indicar, de forma clara e objetiva, os  
84 recursos a serem utilizados na execução de políticas públicas para o  
85 atendimento ao princípio da absoluta prioridade à criança e ao adolescente.  
86 Pois, o CMDCA precisa ter conhecimento de todo o investimento. Assim, a  
87 solicitação se refere a uma metodologia de trabalho adotada, e não um  
88 novo plano. Ires reforça a importância da capacitação aos municípios para  
89 que não ocorram equívocos com a realização de novos planos. Ires  
90 perguntou também, sobre o objetivo da pesquisa do CEDCA junto aos  
91 municípios sobre a organização dos comitês. Denise explicou que a  
92 iniciativa partiu da câmara de políticas, e que após o término do prazo e a  
93 sistematização das respostas, a câmara definirá os próximos  
94 encaminhamentos. O conselheiro Renann Ferreira (Guarda Mirim de Foz  
95 do Iguaçu) perguntou a Denise se houve uma comparação das metas não  
96 executadas, ou seja, se houve uma soma geral dos dados. Denise explicou  
97 que como não houve monitoramento desde 2016, a retomada dessa ação  
98 ficou um pouco prejudicada, demonstrando o slide da análise do gráfico das  
99 metas de 2020 que possui as informações com as somatórias. E que apesar  
100 do período da pandemia, foi positivo o retorno das secretarias envolvidas,  
101 assim, a equipe conseguiu a informação de todos os responsáveis pelas  
102 metas, com a realização do acompanhamento e da sistematização de cada

103 uma. O conselheiro Rodrigo Bonfim (HPP) elogiou a equipe, perguntando  
104 se o relatório apontou direções sobre o que fazer com as metas não  
105 alcançadas, e quais eventuais soluções. Denise explicou que não tem a  
106 análise dessa situação no todo, mas o resultado já impactou na alteração do  
107 próximo instrumental de acompanhamento que será lançado a seguir, com  
108 a inclusão de campos mais claros para as demonstrações. Com relação aos  
109 prazos, Rodrigo ressaltou que deve ficar claro que o Plano 2021/2023 já  
110 está em execução, apesar da realização da aprovação do relatório de 2020  
111 em Dez de 2021. **APROVADO. Apresentação do Instrumental de 2021**  
112 **para elaboração do relatório anual.** Denise iniciou a apresentação  
113 demonstrando o cronograma das ações previstas e o instrumental que foi  
114 elaborado em formato de planilha de Excel salvo no Google drive, que  
115 facilitará o encaminhamento aos órgãos envolvidos. Sendo que a principal  
116 alteração, comprado ao modelo anterior, é a identificação e a indicação das  
117 situações em um formato mais objetivo. A conselheira Jéssica Dinardi  
118 (SESA) perguntou sobre o campo de “mensuração das metas de 2021”,  
119 Denise explicou que neste campo os fatos podem ser descritos com mais  
120 detalhes e no campo “indicador” a escrita tem que ser mais objetiva.  
121 Denise finalizou a apresentação ressaltando que as secretarias receberão a  
122 orientação de preenchimento junto com o instrumental. Instrumental  
123 **APROVADO. 2 - Minuta do Edital de Pequenos Serviços de**  
124 **Manutenção:** -Apresentação realizada pela técnica Quelen Silveira,  
125 coordenadora do Departamento da Pessoa com Deficiência - DPCD/SEJUF.  
126 Foi apreciado na plenária as sugestões realizadas pela SC, sendo elas: -  
127 Identificação do nº das propostas selecionadas de 260; Proposta de  
128 retirada do numero e indicar o Maximo do teto até chega 26 milhões; Piso  
129 de 60 mil reais e teto máximo de 100 mil reais; - sugerir que não iniciem  
130 nas datas festivas; - Sugestão de Prazo para Resposta (no Maximo um dia  
131 antes da data inicial fixada para a apresentação das propostas). (ver  
132 sugestão do chat do Rodrigo); fases do cronograma em dias corridos; *O*  
133 *conselheiro Rodrigo Bonfim (HPP) fez um apontamento sobre os prazos,*  
134 *onde se o Edital não for tramitado até 05 meses, as OSCs não receberão*  
135 *em 2023. A técnica Juliana Sabbag falou da importância de ser trabalhado*  
136 *com prazos razoáveis, possíveis de serem executados, e da customização do*

137 *SISTAG que deve ser adaptado para cada Edital, a fim de facilitar a*  
138 *inserção das informações. Com relação ao período eleitoral, o conselheiro*  
139 *Renann Ferreira (Guarda Mirim de Foz) reforçou sobre a não aplicabilidade*  
140 *da regra referente a não execução quanto se trata de recursos do fundo,*  
141 *apresentando a Nota Técnica do MP de Minas Gerais nº 01/2020,*  
142 *ressaltando que essa situação já foi tratada nos anos anteriores no CEDCA,*  
143 *e que todo ano que tem eleição para o governo é o mesmo desgaste. O*  
144 *assessor técnico da SEJUF, Victor Hugo Florentino entrou na reunião para*  
145 *esclarecer que durante o trâmite do processo a PGE já vai orientar sobre a*  
146 *possibilidade do repasse durante o ano eleitoral, e que seria importante o*  
147 *CEDCA resgatar a decisão da PGE da época, pois os mesmos procuram*  
148 *manter a mesma linha de decisão. Continuação da leitura das sugestões:*  
149 *OBJETO DO TERMO DE FOMENTO, Onde entra o Reboco??? O que pode*  
150 *ser executado na Elétrica e Hidraulica? Verificar a possibilidade de*  
151 *manutenção dos Extitores? Verificar a Possibilidade da manutenção de*  
152 *Drywall/Gesso? : - Os técnicos da ATA da SEJUF informaram que esses*  
153 *itens serão incluídos no objeto com melhor detalhamento; se preocupam*  
154 *quanto ao pedido da relação do que pode e do que não pode ser feito, e que*  
155 *é possível deixar o texto mais claro, explicando o que é reparo e*  
156 *manutenção, mas não citar a tabela de serviços possíveis, pois está é bem*  
157 *extensa possuindo mais de 60 mil itens. Quelen informou que a minuta do*  
158 *Edital já passou por uma pré análise da PRED e da PGE, sendo que*  
159 *qualquer alteração deverá ser analisada novamente. Rodrigo ressalta que a*  
160 *SC não está solicitando alterações no Edital, e sim esclarecimentos. A*  
161 *conselheira Angela (SEJUF/DPCA) sugeriu a elaboração de um caderno*  
162 *orientativo como anexo ao Edital, com fins pedagógicos, para não modificar*  
163 *a análise prévia do edital. Continuação da leitura das sugestões: Objetivos*  
164 *Específicos - inclusão do termo: Promoção ao Mundo do Trabalho na alínea*  
165 *“b”; rever texto de Justificativa (ITEM 2) após definição de critérios;*  
166 *Comprovação de Regularidade junto ao CMDCA. (substituído os itens A ao*  
167 *J, Exceto o E ).\_Prever ofício (Informativo) ao final do Processo para o*  
168 *CMDCA das respectivas OSCs contempladas no edital (ITEM 4); conforme*  
169 *Anexo II - Declaração sobre Instalações e Condições Materiais (Esclarecer*  
170 *com a ATA - a aplicação deste item no presente edital ); Deixar claro quais*



171 as certidões serão de responsabilidade pública e quais serão pelas OSC ;  
172 Verificar a possibilidade de substituir os itens abaixo por uma declaração  
173 da própria Organização nos moldes da portaria interministerial 424/2016??  
174 [https://www.in.gov.br/materia//asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/](https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20457541/do1-2017-01-02-portaria-interministerial-n-424-de-30-de-dezembro-de-2016-20457287)  
175 [20457541/do1-2017-01-02-portaria-interministerial-n-424-de-30-de-](https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20457541/do1-2017-01-02-portaria-interministerial-n-424-de-30-de-dezembro-de-2016-20457287)  
176 [dezembro-de-2016-20457287](https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20457541/do1-2017-01-02-portaria-interministerial-n-424-de-30-de-dezembro-de-2016-20457287) (AÇÕES QUE DEVERÃO SE CONSULTADAS  
177 JUNTO A CENTRAL DE CONVÊNIO DA SEJUF); Item 4.2, alínea “i” -  
178 Atualizar o Texto conforme o artigo 33 inciso 3 da lei 13.019/2014; Rever o  
179 item 4.3.1 considerando edital simplificado - Par Adesão - Dispensando  
180 Engenheiro/ Arquiteto e Cotações. Ter como referência a tabela de preços  
181 da PRED); verificar na alínea “c” se há necessidade de profissional Técnico  
182 Engenheiro; 6. COMISSÃO DE SELEÇÃO (fazer resolução com membros e  
183 suas atribuições: CEDCA, DPCD, ATA) ; 6.1 A Comissão de Seleção é o  
184 órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento  
185 público, tendo sido constituída na forma pela Deliberação 045/2020  
186 (Verificar) do CEDCA/PR, nos termos do § 1º do artigo 27 da Lei Federal  
187 13.019, de 2014 e do § 5º do artigo 36 do Decreto Estadual 3.513, de 2016.  
188 Avaliar a Possibilidade de Consultores ad DOC ) 7. DOS CRITÉRIOS DE  
189 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS; 7.1 Os critérios de julgamento das  
190 propostas são os seguintes: (Sugestão de Pontuação Mais Equilibrada, para  
191 evitar situação de Exclusão). Sugestão da SC: Número de atendidos - 1 a  
192 20 - 10 pontos; 21 a 60 - 20 pontos; 61 a 80 - 30 pontos; 81 a 100- 40  
193 pontos; mais de 100 - 50 pontos; sendo que a soma dos Critérios 1+2 será  
194 = Ao Ranqueamento; Item 8.3 - Estar em consonância com a manutenção;  
195 sem indicação de Contrapartida, Considerando eventuais ajustes no Plano  
196 de Trabalho; Item 10 - Da etapa de avaliação: sugestão de especificar o  
197 período de junho de 2020 junho de 2021); repensar de acordo com a nova  
198 tabela a ser elaborada; *A conselheira Juliana orientou que conforme a PGE*  
199 *não tem ajuste na fase de classificação, somente na fase do SISTAG.* 12.  
200 DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE  
201 AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS - 12.1 Os participantes  
202 poderão recorrer do resultado preliminar da etapa de avaliação e  
203 classificação das propostas à Comissão de Seleção, no prazo de 03 (três)  
204 dias corridos, (sugestão de ser dias úteis ) contados da data da publicação

205 da decisão, sob pena de preclusão; 12.2 Não será conhecido recurso  
206 interposto fora do prazo; 12.3 Os recursos serão interpostos por meio da  
207 plataforma eletrônica <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>; (verificar se esta  
208 opção poderia ser feita via SISTAG); 12.4 Interposto recurso, os demais  
209 interessados deverão ser comunicados por meio da plataforma eletrônica  
210 ou, se a seleção se processar sem o uso da plataforma eletrônica, por  
211 qualquer outro meio idôneo, para, querendo, apresentar contrarrazões, no  
212 prazo de 03 (três) dias corridos, (sugestão de ser dias úteis ) contados  
213 imediatamente após o encerramento do prazo recursal; 12.5 É assegurado  
214 aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à  
215 defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando  
216 somente com os devidos custos. (Em tempo hábil); 13.3 A decisão final do  
217 recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de  
218 30 (trinta) dias corridos, (necessidade de ajustar os prazos de acordo com o  
219 Cronograma), Item 15. verificar conciliação conforme versão final do  
220 Edital; *A conselheira Juliana falou da importância do cronograma das fases*  
221 *terem intervalo entre as etapas com dias úteis*; Item 15.1 - b) A seu plano  
222 de trabalho e o respectivo regulamento de compras e contratações para  
223 serem aprovados - Alinhar com as previsões de Requisito; 15.6 Na hipótese  
224 de a(s) OSC(s) selecionada(s) não atender(em) aos requisitos da fase de  
225 celebração, aquela(s) imediatamente(s) mais bem classificada(s) poderá(ão)  
226 ser convidada(s) a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta  
227 da concorrente desqualificada; **(verificar redação deste item para fim**  
228 **de clareza )**; 15.7 Caso a(s) OSC(s) convidada(s) aceite(m) celebrar a  
229 parceria, ela(s) será(ão) convocada(s) e, em seguida, proceder-se-á à  
230 verificação dos documentos. Esse procedimento poderá ser repetido,  
231 sucessivamente, obedecida a ordem de classificação; **( verificar redação**  
232 **deste item para fim de clareza )** 15.14 A Comissão de Seleção analisará  
233 se o regulamento de compras e contratações observa o art. 45 do Decreto  
234 Estadual nº 3.513/2016; **( Alinhar com as previsões de Requisito )**  
235 15.15 O regulamento de compras e contratações da OSC será  
236 automaticamente aprovado pelo órgão ou entidade pública estadual, caso  
237 adote: **(Alinhar com as previsões de Requisito )** 15.16 O resultado da  
238 etapa de aprovação do plano de trabalho e do regulamento de compras e

239 contratações será homologado e divulgado na página do sítio oficial da  
240 Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, ~~na página do sítio~~  
241 ~~oficial do Governo do Estado do Paraná e no órgão oficial de imprensa,~~ e  
242 CEDCA, podendo as desclassificadas apresentarem recurso na forma e no  
243 prazo estabelecidos no item 12 deste edital; **( Alinhar com as previsões**  
244 **de Requisito )** 15.21 O resultado das etapas de avaliação da proposta; de  
245 verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração; de aprovação  
246 do plano de trabalho e do regulamento de compras e contratações; de  
247 emissão de pareceres e celebração do instrumento de parceria serão  
248 homologados e divulgados na página do sítio oficial da Secretaria da  
249 Justiça, Família e Trabalho, ~~na página do sítio oficial do Governo do Estado~~  
250 ~~do Paraná e no órgão oficial de imprensa~~ do CEDCA, **( Alinhar com as**  
251 **previsões de Requisito );** Situações essas que serão analisadas pela  
252 Central de Convênios/SEJUF. *O conselheiro Marcelo Souza (ACRIDAS)*  
253 *solicitou análise quanto ao item (4.3.1) da apresentação de 03 cotações*  
254 *com empresas que realizem o serviço completo, pois tem OSCs que*  
255 *possuem funcionários executores dessas ações, não tendo, portanto, a*  
256 *necessidade da contratação de uma empresa. E o conselheiro Rodrigo*  
257 *ressaltou o desafio do Estado quanto à atualização do Decreto estadual,*  
258 *pois a Lei 13019/2014 foi alterada pela 13204 de 2015. Por fim, Rodrigo*  
259 *ainda ressaltou que o trabalho foi construtivo, a pauta foi vencida, mas o*  
260 *processo não poderá ser tramitado nos ritmos normais, por que ainda tem a*  
261 *dependência da resposta a PGE, sendo que esta resposta ainda poderá*  
262 *alterar as datas de referência que serão inseridas no edital. Teve avanço no*  
263 *que diz respeito à estrutura e regras gerais, mas o edital não pode ser*  
264 *considerado aprovado e encaminhado para a publicação, sem antes ter a*  
265 *análise e a conferência da resposta da PGE, se possível em Janeiro/2022,*  
266 *para depois rever datas e uma posterior publicação imediata, ou*  
267 *programada, no caso de uma resposta negativa. A mesa diretora encerrou a*  
268 *reunião, agradecendo a presença de todos. A presente ata foi elaborada por*  
269 *Juliana Muller, e após a aprovação será publicada no Dioe e disponibilizada*  
270 *no site do Cedca.*